

Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90

Claudio Salvadori Dedecca Professor do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da UNICAMP

Paulo Eduardo de Andrade Baltar Professor do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da UNICAMP

RESUMO

O ensaio analisa o aumento da informalidade no mercado de trabalho não agrícola brasileiro nas novas condições de funcionamento da economia brasileira, nos anos 90. A redução do mercado formal de trabalho tem explicado a reprodução de um desemprego significativo, o aumento da informalidade urbana tradicional, orientada para os serviços pessoais, e daquela vinculada aos processo de subcontratação das grandes e médias empresas. Esse processo reconfigura a estrutura ocupacional, aprofundando a heterogeneidade historicamente presente em nosso mercado de trabalho, bem como amplia o seu grau de precarização.

PALAVRAS-CHAVE

mercado urbano de trabalho, setor informal, desemprego, ocupação, precariedade

ABSTRACT

This paper analyzes the role of the informal sector in the urban labor market and in the new conditions of the Brazilian economic organization in the 90's. The reduction of the formal sector produced by the economic reorganization has induced the growth of the unemployment and the increase of the informal sector. This sector has expanded its traditional segment formed by the consumer services, and its segment oriented for the production of goods and services contracted by the medium and large firms. This process has enhanced the heterogeneity of the Brazilian economy and precariousness of the labor market.

KEY WORDS

urban labor market, Informal sector, unemployment, employment, precariousness

Este ensaio tem o propósito de examinar dois aspectos da crescente precariedade (informalidade) no mercado de trabalho brasileiro. O primeiro refere-se a uma nova função do segmento informal na dinâmica econômica urbana, que tem tornado, pelo menos uma de suas partes, peça do sistema produtivo moderno ou organizado, ao mesmo tempo que a outra continua sendo fonte de oportunidades ocupacionais para os novos contingentes de trabalhadores e para os assalariados expulsos pelo setor moderno. O segundo diz respeito à crescente informalidade que decorre da interrupção do crescimento e da política econômica adotada na década de 90 e que, em conjunto, vêm desarticulando a base do trabalho assalariado no País. Na presença de uma limitada proteção social ao desemprego, a contração da base de trabalho assalariado tem provocado um aumento substancial do setor informal. Os dois aspectos da recente informalização da estrutura ocupacional urbana produzem, em conjunto, um agravamento dos problemas estruturais de absorção de força de trabalho no País. Apesar desses problemas terem como origem o desenvolvimento passado, observa-se que, no novo contexto econômico dos anos 90, eles sofrem um rápido aprofundamento. Assim, parece ser um grande equívoco reduzir a questão do emprego a possíveis disfunções no sistema nacional de relações de trabalho.

1. SETOR INFORMAL, A CONCEPÇÃO INICIAL

A visão sobre desenvolvimento econômico e mercado de trabalho na América Latina que se tornou dominante no pós-guerra propôs, em um primeiro momento, que a industrialização regional se constituía em uma alavanca de modernização socioeconômica, necessária para a superação da pobreza e miséria que caracterizavam a região. Considerava-se, portanto, que o desenvolvimento promoveria uma homogeneização das condições socioeconômicas nos países da região. A trajetória da industrialização, fomentada por projetos nacionais específicos e envolvendo um importante fluxo de capitais dos países desenvolvidos para a América Latina, permitiu consolidar um núcleo de atividade econômica moderna, dominado pela grande empresa nacional e estrangeira. Não obstante a participação da grande empresa no emprego e no valor agregado, ela se manteve relativamente restrita, independentemente do grau alcançado pela modernização em cada país. O elevado peso da ocupação vinculada ao setor agrícola tradicional e dos pequenos e médios negócios na estrutura do emprego urbano sinalizou os limites da transformação produtiva verificada na região. Assim, a nova estruturação da economia permitiu consolidar novos setores com níveis elevados de produtividade, algumas vezes comparáveis aos padrões internacionais, reproduzindo, ao mesmo tempo, uma ampla gama de atividades de baixa eficiência. Essas continuaram a responder pela ocupação de uma fração significativa da PEA. (TAVARES, 1981)

O crescimento do mercado de trabalho assalariado, apesar de substancial, não consolidou a esperada tendência de homogeneização da estrutura ocupacional, tanto do ponto de vista das formas de trabalho como do padrão de remuneração. As dificuldades em conseguir uma inserção produtiva mais estável, com melhores condições de trabalho, amparada pelo sistema de proteção social existente e caracterizada por um nível de remuneração mais elevado, continuaram presentes para a maioria da força de trabalho, tanto no meio rural como no urbano.

Diversos autores reconheceram que a expressiva capacidade de geração de postos de trabalho do desenvolvimento industrial contrastou com seu poder de desarticulação de formas tradicionais de produção - em especial, agrícola - que, em um contexto de elevado crescimento demográfico, produziu um rápido processo migratório em direção às cidades. Deste modo, observou-se um aumento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos, impondo que parcelas expressivas de população ativa se mantivessem em ocupações de baixa produtividade, fora da relação de trabalho assalariado com proteção social e negociação coletiva. Neste processo, uma parte considerável da população foi quase totalmente excluída dos novos padrões de consumo criados pela indústria moderna. Foi uma estruturação da economia e da sociedade que deixou à margem parte ponderável da população que, mesmo sendo obrigada a modificar profundamente sua forma de vida, não usufruiu dos benefícios da modernização econômica.

De fato, nos anos 60 consolidou-se a idéia que a modernização teria sido demasiado restrita para permitir a construção de uma sociedade salarial que incorporasse toda a disponibilidade de força de trabalho existente. No debate regional, a constatação da persistência de uma força de trabalho sobrando deu base à controvérsia sobre marginalidade social, que teve como referências básicas os ensaios J. Nun (1969), F. H. Cardoso (1971) e A. Quijano (1978). A complexidade e as implicações que marcaram este debate impedem um tratamento mais exaustivo. Entretanto, parece ser importante para a formulação posterior do conceito de setor informal que sejam explicitados alguns aspectos que caracterizaram aquela discussão. (Cf. DEDECCA, 1990)

O ponto de partida da controvérsia sobre a marginalidade residiu na percepção de que o desenvolvimento capitalista latino-americano havia mantido à margem dos setores econômicos modernos uma ampla parcela de população economicamente ativa. A não incorporação desse segmento populacional aos novos setores econômicos acarretou, por um lado, sua não integração aos novos processos de trabalho e relações de produção e, por outro, sua não participação plena nos novos padrões de renda e consumo. Encontrava-se, portanto, uma situação de convivência de formas modernas de produção, consumo e renda com formas atrasadas, reproduzindo-se, ou mesmo ampliando-se, a heterogeneidade estrutural presente, em maior ou menor medida, nos distintos espaços econômicos nacionais. (PINTO, 1976)

Este movimento envolveu um intenso fluxo populacional campo-cidade, que provocou uma rápida redistribuição espacial da população, marcada por sua conglomeração em alguns poucos grandes centros urbanos. Em face da limitada capacidade de absorção dos setores modernos presentes nesses grandes centros, uma parte da força de trabalho disponível foi obrigada a buscar uma inserção nas atividades atrasadas, como o comércio ambulante, os serviços de reparação e conservação domiciliar e o serviço doméstico.

2. O SETOR INFORMAL COMO ESPAÇO ECONÓMICO SUBORDINADO À LÓGICA DE EXPANSÃO CAPITALISTA

Nos anos 70, elementos presentes no debate da década anterior sobre a marginalidade deram sustentação às primeiras reflexões sobre o problema da informalidade, presentes nos trabalhos iniciais do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe - PREALC, parte do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho - OIT. (PREALC, 1981)

Um aspecto comum marcou ambas as abordagens: o problema da absorção de força de trabalho e da heterogeneidade do mercado de trabalho. Os diversos estudos realizados sobre o tema tomaram a experiência de industrialização nos países avançados, em especial nos países da Europa Ocidental, como paradigma de modernização com homogeneização socioeconômica, caracterizada tanto por uma dominância do assalariamento nas estruturas ocupacionais, como por uma crescente regulação da relação de trabalho pelo Estado e pelas negociações coletivas. Entendiam os autores que a experiência mostrava que a capacidade de geração de postos de trabalhos criada pelo avanço da estrutura industrial, ao ser acompanhada pelo aprofundamento da democracia, havia alterado positivamente as normas e regras que estruturavam os sistemas nacionais de relações de trabalho, permitindo sua crescente institucionalização e homogeneização. Este movimento teria sido fundamental para a extensão do padrão de consumo moderno a amplas massas de trabalhadores, contribuindo para estabelecer um circuito virtuoso renda-consumo-investimento, para o vigoroso e prolongado crescimento daquelas economias.¹

De maneira comparada, esses estudos, ao analisarem as experiências latino-americanas, concluíam que não havia se estabelecido um movimento semelhante em nossos países. Em primeiro lugar, porque a modernização limitada tinha gerado, na América Latina, um grau de assalariamento relativamente baixo. Em segundo, porque a transformação econômica não havia sido acompanhada de mudanças mais

1 Cf. os ensaios clássicos de PINTO (1976) e VUSKOVIC BRAVO (1976).

expressivas na organização social - ao contrário, os períodos de autoritarismo serviram para conter alterações neste sentido - que pudessem reforçar a tendência de aumento do assalariamento na ocupação total. E, finalmente, porque a conjugação dos fatores econômicos e políticos não tinha produzido uma organização do Estado e da sociedade que atacasse os problemas estruturais que caracterizavam os países da região - a questão agrária, a regional, a urbana e das políticas sociais.

Concluía-se, portanto, pela ausência na América Latina de um movimento de transformação socioeconômica que resolvesse os problemas de exclusão e que consolidasse uma trajetória de homogeneização social, que provocasse o rompimento de um mercado de trabalho fortemente fragmentado. Deste modo, o assalariamento com proteção social - *standard employment relationship* - não chegou a ter na experiência de industrialização excludente a importância observada nos países capitalistas avançados.

Inspirados no estudo clássico sobre o Quênia (OIT, 1972), as primeiras pesquisas do PREALC aceitavam a dualidade do mercado de trabalho, destacando um segmento formal estruturado a partir da organização produtiva claramente capitalista - separação entre trabalho e gestão, existência de uma estratégia de acumulação, estabelecimento de uma organização empresarial - e um outro segmento informal que agregava uma multiplicidade de formas de organização produtiva, todas elas caracterizadas pela baixa estruturação do **negócio**. (PREALC, 1981) Segundo Sethuraman (1976), a principal razão por que se introduziu o termo setor informal no informe sobre o Quênia deveu-se ao fato, agora amplamente reconhecido, de que seria necessário muito tempo para que as políticas de desenvolvimento geral pudessem alcançar os grupos mais pobres da população. (Cf., também, DEDECCA & FERREIRA, 1990)

Tomando em conta os resultados do estudo sobre o Quênia, V. Tokman afirmou que *“o principal argumento sobre a origem deste setor foi o excedente de mão-de-obra, em sua maioria formado por indivíduos que imigravam das zonas rurais e que não podiam encontrar trabalho nos setores modernos. Dada a necessidade de sobrevivência, estes indivíduos tinham que desempenhar algumas atividades que lhes permitissem obter um rendimento.”* (TOKMAN, 1987, p. 515, tradução nossa) Aceitava-se o pressuposto que o setor informal seria caracterizado por barreiras à entrada reduzidas e, por decorrência, que quanto maior o volume de pessoas inseridas nestas atividades menor seria a renda auferida individualmente.

A pesquisa sobre os mercados de trabalho na América Latina foi, por outro lado, influenciada pelos novos estudos sobre segmentação socioeconômica desenvolvidos para a sociedade americana (DOERINGER & PIORE, 1971; GORDON, 1972), que possibilitaram o aprofundamento da visão sobre excedente de mão-de-obra e

informalidade. Os principais pontos argüídos eram: *i.* que não havia homogeneidade nas formas de relações de trabalho do setor informal; *ii.* que certas atividades não eram caracterizadas por barreiras à entrada, enquanto outras eram; *iii.* que as unidades produtivas objetivavam o maior rendimento individual, em vez da acumulação de lucros. As pesquisas desenvolvidas pelo PREALC, na segunda metade dos anos 70, reafirmaram esses pontos, que foram posteriormente melhor articulados em estudos marcados por uma maior pretensão teórica. (TOKMAN, 1978; e SOUZA, 1979, 1980)

Em ensaio realizado em conjunto, os autores concluíam que, *“para que existam mercados de trabalho heterogêneos é necessário que funcionem barreiras que obstaculizem o fluxo de fatores entre os diversos estratos do mercado. Estas barreiras não podem estar relacionadas apenas com os níveis de qualificações.”* (SOUZA & TOKMAN, 1979, p. 129) Posteriormente, é reconhecida a presença de formas diferenciadas de inserção tanto no setor formal quanto no informal. Desde então, a heterogeneidade passou a ser vista como expressão de todo um caleidoscópio de situações ocupacionais que se distanciava fortemente da visão dualista clássica sobre mercado de trabalho, onde a condição de atividade da população poderia ser sintetizada pelas situações de inatividade, emprego e desemprego.

As situações ocupacionais refletiam, portanto, diversas formas e relações de produção. Ao contrário da visão apresentada no estudo sobre o Quênia e mesmo nos primeiros trabalhos do PREALC, os esforços do final da década de 1970 indicaram a presença de barreiras à entrada em certos segmentos de atividades informais, explicadas por características próprias da organização do negócio, e acentuada pela vigência de regras e mesmo leis de utilização do solo urbano.

A reprodução do caleidoscópio ocupacional foi associada à especificidade da dinâmica da nova estrutura econômica, caracterizada por graves problemas de absorção de força de trabalho. Assim, a modernidade capitalista reproduzia problemas historicamente conhecidos no desenvolvimento econômico da América Latina.

A ausência de uma tradição de trabalho assalariado da população que migrava do campo facilitava sua inserção direta no setor informal. O processo de desenvolvimento destruía segmentos produtivos que haviam se estruturado no passado, liberando força de trabalho em um volume superior à capacidade de absorção dos setores modernos. Esta população sobrando que chegava no espaço urbano não colocava maiores resistências em aceitar qualquer ocupação que lhe gerasse alguma renda. Por outro lado, o circuito de renda criado pelo segmento moderno abria os principais espaços para a realização das atividades informais, permitindo a ocupação daquela força de trabalho sobrando, sem tradição de assalariamento. Foi nesse sentido que se considerou o setor informal como a porta de entrada dos novos contingentes de força de trabalho que chegavam aos grandes centros urbanos. (SOUZA, 1980)

Essa formulação era construída em um contexto de desenvolvimento (industrialização) das economias da região, onde destacavam a organização de um sistema produtivo e a consolidação de um mercado nacional. O setor informal aparecia como parte subordinada deste desdobramento da estrutura produtiva capitalista moderna e oligopolizada, que, ao não absorver toda a força de trabalho disponível, ao mesmo tempo que gerava um intenso aumento da renda, com uma distribuição extremamente concentrada, alimentava o surgimento de pequenos negócios e formas precárias de relação de trabalho assalariado (por exemplo, emprego doméstico). O setor informal, deste modo, era visto como um conjunto de atividades que se reproduzia sob o movimento do setor moderno, não se notando maiores inter-relações entre eles. O setor informal se reproduzia, principalmente por meio da transferência de renda do setor moderno, em espaços mercantis que não ofereciam perspectiva de lucro. (SOUZA, 1980) Nessa reformulação o setor informal passava a ser denominado de segmento não-organizado, em contraste com a organização do setor moderno. A diferenciação era basicamente ditada pela lógica do lucro e da acumulação de capital do setor organizado que, ao comandar a dinâmica do conjunto da economia, regulava também os espaços ocupados pelas atividades não-organizadas da maneira capitalista. Apesar de sua limitada capacidade de absorção naquele contexto de transformações produtivas, a incorporação de força de trabalho pelo segmento organizado se realizava mediante a forma de trabalho assalariado, aceitando-se o poder do Estado em regular esta relação básica de trabalho naquele processo de desenvolvimento.

A dinâmica e as implicações desse processo podem ser melhor compreendidas a partir de um esquema analítico (Esquema 1) formulado originalmente por Offe (1985), e posteriormente desenvolvido por Paci (1992) para pensar a questão do desenvolvimento econômico e a questão social na Itália hoje. Paci considera que o sistema socioeconômico pode ser decomposto em quatro grandes estratos: *i. produtivo-protegido*, formado pelos setores produtivos centrais ou oligopolísticos da sociedade; *ii. reprodutivo-protegido*, dominado pelas atividades do Estado e do serviço público; *iii. produtivo-não-protegido*, caracterizado pelas atividades dos pequenos negócios, base da economia subterrânea; e *iv. reprodutivo-não-protegido*, constituído pelas atividades de subsistência, ou, segundo as palavras do autor, **marginal**.

Para os dois autores mencionados, o longo período de crescimento do pós-guerra implicou uma crescente dominância dos dois primeiros estratos. A rápida expansão das atividades organizadas em um contexto de crescente regulação pública favoreceu a criação de empregos assalariados tanto no setor privado como, em especial, no público, ao mesmo tempo que destruiu os espaços econômicos em que se reproduziam as formas de inserção produtiva mais precárias, tornando-as um resíduo no funcionamento das economias nacionais. A sua pequena importância na produção e no emprego e a presença ativa da regulação pública induziram a formalização do assalariamento e do trabalho por conta própria nos pequenos negócios.

**ESQUEMA 1 - SEGMENTAÇÃO SOCIOECONÔMICA SEGUNDO
INSERÇÃO PRODUTIVA E PROTEÇÃO SOCIAL**

	Protegido	Não Protegido
Produtivo	<i>i</i>	<i>iii</i>
Não-Produtivo	<i>ii</i>	<i>iv</i>

Assim, o efeito positivo do crescimento sobre o mercado de trabalho não se deveu somente ao aumento expressivo, em termos relativos e absolutos, do assalariamento protegido, mas também ao desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, sustentado nas diversas políticas públicas e nas negociações coletivas dos trabalhadores organizados. Esse dinamismo do mercado de trabalho protegido dificultou a informalização das relações de trabalho, mesmo em momentos de queda conjuntural no ritmo da atividade econômica, e estimulou a estruturação das atividades nos pequenos negócios, impedindo que se constituíssem em espaços de absorção precária de população urbana de migração recente e baixa qualificação.

A produção e distribuição dos setores organizados se realizavam internamente à sua estrutura, sendo que parte da renda neles gerada garantia a produção dos setores não-organizados. Assim, os segmentos modernos deviam ter produtividade para sustentar tanto seu próprio circuito de produção-renda-consumo como também a produção realizada nos pequenos negócios.

A crise e/ou reestruturação produtiva e do próprio Estado de Bem-Estar desde meados dos anos 70 vêm rompendo aquela tendência de crescente dominância dos estratos protegidos. O nível e a duração do desemprego têm aumentado, impondo gastos públicos crescentes com a atenção aos desempregados. O longo período de crise e suas implicações sobre o mercado de trabalho leva a que contingentes de ex-assalariados sejam induzidos à busca de uma ocupação nos estratos não-protegidos. (DEDECCA, 1996)

O esquema analítico apresentado pode ser útil para se pensar a recente experiência latino-americana. Como sabemos, os dois últimos estratos sempre foram mais do que simples resíduos no processo de desenvolvimento latino-americano do pós-guerra. De um lado, uma massa extensa de trabalhadores mantinha-se em situações precárias de atividade produtiva e, de outro, a debilidade do Estado de Bem-Estar e da regulação pública do mercado de trabalho alimentava um fluxo bidirecional constante de pessoas entre os segmentos protegidos e não-protegidos.

A crise e os programas de liberalização econômica, adotados pelos diversos países da região a partir do final dos anos 70, têm produzido uma desarticulação da frágil estrutura industrial constituída durante o processo de desenvolvimento do pós-guerra, impondo uma redução do nível de assalariamento nos estratos *i* e *ii*,

induzindo, por conseqüência, o crescimento dos dois outros estratos e gerando um forte fluxo de trabalhadores do segmento organizado (formal) para o não-organizado (informal).

Assim, o setor não-organizado passa a jogar um novo papel no contexto atual, ao ser uma alternativa de ocupação para trabalhadores assalariados expulsos pelo segmento organizado. A chegada desse contingente de trabalhadores amplifica o crescimento do setor informal, tradicionalmente substancial em razão dos efeitos do processo migratório e do próprio crescimento da população em idade ativa presente nos grandes centros urbanos.

Portanto, se o desenvolvimento socioeconômico latino-americano foi incapaz de possibilitar a consolidação de um mercado de trabalho homogêneo, onde predominassem as situações de ocupação plena e protegida, em que o desemprego se restringisse ao friccional e a ocupação não-organizada se constituísse em mero resíduo, observa-se que, no momento atual, os países da região se deparam com uma realidade marcada pela ampliação da heterogeneidade socioeconômica explicada pela crise prolongada, mas, em especial, pelos efeitos destrutivos dos programas recentes de liberalização econômica. Os efeitos difusos desse processo sobre o mercado de trabalho exigem um grande esforço para reconhecer a diversidade de formas de relações de trabalho que estão se estabelecendo.

Nos anos de crescimento, o segmento não-organizado se reproduzia pelo circuito da renda ou pela permanência de espaços produtivos que não eram passíveis de exploração pela grande empresa capitalista. As atividades informais pouco se articulavam produtivamente com o segmento moderno, sendo as vinculações existentes realizadas por meio dos segmentos menos avançados tecnologicamente, como o setor da construção civil, que lançava mão de força de trabalho migrante de baixa qualificação, impondo-lhe contratos não formais de trabalho, ou o setor de confecções têxteis, que continuava a utilizar o trabalho no domicílio como forma de rebaixar seus custos. Notava-se, deste modo, um setor organizado que internalizava um amplo rol de funções que garantia a continuidade de seu processo produtivo. Assim, os trabalhadores da produção, de manutenção e de apoio às atividades fins eram contratados, na sua quase totalidade, diretamente pela empresa responsável. A subcontratação de produção e de força de trabalho era praticamente inexistente e a de serviços bastante limitada. Como nos países avançados no pós-guerra, o processo de concentração e centralização de capital na América Latina foi acompanhado de um movimento análogo. A progressiva integração e verticalização produtiva foi conformando grandes concentrações de força de trabalho assalariada, base para a organização política e para o consumo de massa.

3. A NOVA SUBORDINAÇÃO DO SETOR INFORMAL

Uma nova situação emerge com a crise e a reestruturação produtiva. Os programas de racionalização adotados pelas empresas, denominados de maneira acrítica como produção enxuta, estão provocando a desverticalização das grandes plantas com externalização de parte de suas atividades, tornando-as importantes subcontratantes de produção, força de trabalho e serviços. Elas reduzem seus volumes de produção e trabalho realizados diretamente, contratando-os crescentemente nos mercados, por meio das empresas prestadoras de serviços. Reduzem sua responsabilidade no processo produtivo, sem diminuir o volume de bens e serviços que ofertam nos mercados em que atuam.

O segmento organizado vem reorganizando toda a cadeia produtiva a montante, sem que se altere sua presença nos mercados a jusante. Novas relações são estabelecidas, permitindo ao segmento organizado aproveitar a debilidade comercial dos elos mais fracos das cadeias de produção reestruturadas, que agora incorporam parte do segmento não organizado.

As novas relações entre o segmento organizado e o não-organizado são, ademais, importantes para uma maior flexibilidade produtiva do primeiro, pois a externalização de atividades pode ser, quando desejado, rapidamente revertida (ao menos parcialmente) nas conjunturas de queda do nível de atividade, mediante uma reincorporação de funções ou produção subcontratadas. Isto é, o setor organizado pode manter seu nível de utilização da capacidade produtiva constante - bem como de seu volume de força de trabalho - mesmo quando os mercados conhecem uma retração, em razão do setor repassar a ociosidade para o segmento informal.

Esse novo contexto induz a uma reavaliação do papel do setor não-organizado na dinâmica do capitalismo. Este setor passa a fazer parte da lógica de produção/atividade do setor moderno. Assim, as atividades informais não somente recebem os trabalhadores expulsos pelas atividades modernas em seu movimento de racionalização produtiva, como são incorporadas ao seu ciclo produtivo. O avanço da racionalização produtiva aprofunda as relações intersetoriais, seja do ponto de vista da transferência de contingentes de trabalhadores, seja do ponto de vista do deslocamento de produção. (DEDECCA, 1996)

A nova dinâmica econômica alimenta o crescimento do setor informal, seja ao forçá-lo a absorver ex-assalariados de baixa qualificação em atividades bastantes precárias, como o comércio ambulante ou o serviço doméstico, seja ao estimular a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de ex-assalariados de melhor qualificação, cuja atividade fim é a prestação de serviços ou o fornecimento de

produção ao setor organizado ou o desenvolvimento de atividades voltadas para os serviços que emergem do novo estilo de vida que vai estabelecendo a configuração produtiva (*fast-food*, assistência técnica na área de informática,...).

É importante destacar uma faceta desse processo que nas economias avançadas tem ajudado a esclarecer a crescente polarização socioeconômica nelas verificada. Como afirma Sassen (1997), a reorganização produtiva tem sido acompanhada de um crescimento bastante intenso de atividades de serviços modernos, que por razão de externalidades tendem a se concentrar nas grandes cidades. Essas atividades demandam trabalho qualificado e com elevado nível educacional. São ocupações novas e de renda elevada que, nas grandes metrópoles, conduzem a um padrão de consumo que se reflete na demanda de uma imensa variedade de serviços. Essa demanda de serviços foi amplificada pelo aumento do turismo que também flui para essas grandes cidades e que tem gerado múltiplas e variadas oportunidades de emprego. Em simultâneo, a produção de bens em grande escala foi deslocada para fora das metrópoles e uma parte importante dela é hoje importada de outros países. Com a saída dessas indústrias migraram também os empregos relativamente bem remunerados acessíveis à população metropolitana de menor nível de escolaridade. Como afirmou a autora, a partir de um estudo realizado por Appelbaum *et alii* (1990), muitas das ocupações de serviços são do setor não-organizado e, apesar de proporcionarem muitas vezes rendas relativamente altas para os pequenos negócios, situam-se em um patamar bastante inferior àquele prevalecente no segmento organizado da atividade econômica, deslocado para fora das grandes cidades. Em consequência, tem se modificado o perfil da distribuição de renda do trabalho nas metrópoles, com uma redução da proporção dos ocupados nos níveis intermediários de remuneração e um aumento das proporções nos dois extremos da distribuição, alimentando um processo de polarização socioeconômica.

Nas economias avançadas essa polarização socioeconômica vem se realizando a partir de um contexto de relativa homogeneidade e, embora agravado pela política de desregulamentação das relações de trabalho, tem sua velocidade ainda contida por seus sistemas nacionais de Bem-Estar Social. Os estratos produtivo-protegido e não produtivo-protegido continuam predominantes, apesar do crescente peso dos dois estratos não protegidos.

Ao contrário, os dois estratos protegidos, em nossos países, abrangem menos da metade da população economicamente ativa, sendo, portanto, muito mais expressivo o chamado setor informal. (DEDECCA *et alii*, 1997) Além disso, nossas sociedades não contam com um sistema de Bem-Estar Social que pudesse impor alguma resistência ao processo de informalização. Portanto, a reorganização econômica associa-se a um rápido processo de informalização, cuja velocidade é potencializada pela abertura econômica, que não somente desarticula a base

produtiva existente, impondo contração no nível de emprego assalariado, como estimula as relações do setor organizado com o setor informal, com o primeiro se apropriando das vantagens criadas pelo segundo. (LEITE *et alii* 1997)

Sob o véu da proliferação de pequenos negócios vai se estabelecendo uma rede de produtores ou prestadores de serviços amparada em relações de trabalho fortemente precárias. E sob o manto da modernidade fundada na produção enxuta vai se difundindo todo um conjunto de formas de ocupação marcadas por relações de trabalho fortemente precárias.

A literatura latino-americana sempre tendeu a tratar o setor informal como produto de um crescimento econômico incapaz de gerar postos de trabalho no setor organizado em volume compatível com a disponibilidade de força de trabalho. Em geral, entendia que a força de trabalho migrante de baixa qualificação, ao não possuir capacidade de inserção nos setores modernos, recorria às ocupações informais, principalmente ao emprego doméstico e aos serviços pessoais e domiciliares. O esgotamento do crescimento na América Latina mostrou, nos anos 80, um aumento generalizado da informalidade provocada pela estagnação do nível de emprego nos setores modernos, mas também pelo ingresso de contingentes de ex-trabalhadores assalariados do núcleo protegido.

Se, anteriormente, diversos autores consideraram extremamente difícil definir com exatidão a idéia de setor informal, essa tarefa é ainda mais ingrata diante de uma conjuntura de perda de dinamismo do mercado de trabalho, que se associa a uma baixa capacidade de geração de novos postos de trabalho pelo setor moderno, onde as situações ocupacionais informais se expandem rapidamente. Por outro lado, a mesma literatura dos anos 70 apontava o problema da heterogeneidade do mercado de trabalho como resultado de um crescimento das atividades modernas inferior ao incremento da disponibilidade de trabalho, enquanto que nos anos 80-90 a heterogeneidade passa a ser, também, um produto da expulsão de trabalhadores formais para a situação de informalidade, com uma eventual passagem pela situação de desemprego aberto. Alguns autores denominaram este processo como “informalização” e outros como “precarização” do mercado de trabalho na América Latina. Independentemente do termo adotado, parece inquestionável que uma massa crescente de trabalhadores apresenta alta vulnerabilidade da sua condição de atividade.

O incremento no fluxo de entrada na condição de desemprego, em contraste com a tendência de redução daquele de saída para o assalariamento, é um fator potencial de realimentação da informalidade. A própria transformação produtiva, ao aprofundar a heterogeneidade do mercado e das relações de trabalho, reforça o processo de informalização. Este movimento pode envolver uma taxa de desemprego aberto relativamente baixa, pois a falta de perspectiva de novamente

obter uma ocupação assalariada e a existência de fundos monetários limitados para enfrentar a situação de desemprego fazem deste uma situação que pode ser sustentada apenas por um breve período, reduzindo o percurso da situação de desemprego para aquela caracterizada pela informalidade.

Neste sentido, pode-se dizer que a ampliação das atividades não-organizadas continua a refletir um grave problema de ocupação e renda em nossas economias, não devendo ser relacionada a um suposto do mal desempenho do mercado de trabalho. Na experiência brasileira, nota-se que, ao fim de um longo período de forte crescimento e rápidas transformações da economia e da sociedade, o assalariamento protegido quase que se restringiu ao emprego das grandes empresas, que representaram apenas 19% do total da população ocupada em atividades não-agrícolas. A instabilidade dos anos 80 e 90 vem agravando ainda mais esse quadro socioeconômico, que estruturalmente se manteve muito distante da sonhada sociedade salarial, predominante nos países avançados no pós-guerra.

4. A INFORMALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

É sobre um mercado de trabalho pouco estruturado que recaem os difíceis anos de crise e estagnação. O fim da expansão do emprego industrial e sua subsequente diminuição foi acompanhado da emergência do desemprego aberto e da ampliação do peso do setor informal na ocupação não-agrícola total.

O desemprego aberto, ausente dos debates sobre o mercado de trabalho no Brasil e na América Latina até os anos 70, ganha relevância na discussão dos anos 80. Seu aparecimento não reflete simplesmente a subutilização da capacidade produtiva da população, como em geral foi o caso nos países avançados, pois o setor informal mostrava a existência de um excedente populacional, absorvido em atividades de baixa produtividade e remuneração, refletindo um uso parcial - e, portanto, desperdício - da capacidade de trabalho existente em nossas economias. (SOUZA; 1985; CACCIAMALI, 1983; ZAGO DE AZEVEDO, 1985; DEDECCA, 1990)

O aumento do desemprego aberto esteve associado à ampliação da parcela de população com capacidade de trabalho **involuntariamente** ociosa e que procura um posto de trabalho que permita inserção regular e contínua no mundo produtivo.

O problema do desemprego, então, aparece como superposto à questão da informalidade. A perda de dinamismo econômico, em uma sociedade que já havia alcançado elevado grau de monetização da economia e estabelecido um modo de vida predominantemente urbano, provoca desemprego porque muitos que perdem o emprego não se adaptam imediatamente a outra ocupação em atividades de baixa

remuneração e utilização da capacidade de trabalho. Como haviam mostrado os ensaios sobre o setor informal nos anos 70, este, em conjunto com a construção civil, constituía a porta de entrada para a força de trabalho migrante desprovida de uma tradição de assalariamento e que funcionava como um espaço de adaptação compatível com a flexibilidade no uso do tempo de trabalho, que caracterizava sua condição de vida anterior nas pequenas cidades e/ou no meio rural. (Cf. os ensaios reunidos em PREALC, 1981, e em LEITE LOPES *et alii*, 1979; e o estudo de MACHADO DA SILVA, 1971) Nos anos de crescimento, a informalidade apresentava-se para muitos como uma extensão de um certo modo de vida anterior, que após um período de vivência no meio urbano tendia a ser seguido pela condição de assalariamento, possibilitada pela trajetória de incremento sistemático do nível de emprego. Pode-se dizer que o setor informal urbano era uma extensão imediata da pobreza dominante no meio rural.

A estagnação econômica, ao não mais gerar novas oportunidades de trabalho, começou a criar uma subutilização própria da força de trabalho, já inserida produtivamente no modo de vida urbano, fazendo com que as pessoas nesta condição mantivessem uma busca sistemática de uma ocupação plena que permitisse recuperar uma situação de trabalho semelhante à desfrutada anteriormente. As dificuldades de saída da condição de desemprego e mesmo a repetição em curtos períodos dessa situação acabam por induzir à informalidade e, em alguns casos, à inatividade. Como afirmou J. Sabóia (1986), quando analisou os efeitos da crise da década de 1980 sobre o mercado de trabalho urbano, *“apesar do crescimento das taxas de desemprego em 1981 e 1983, tanto nas Regiões Metropolitanas quanto no conjunto do país, a elevação foi relativamente modesta quando comparada com a dimensão da crise econômica. Esses resultados não chegam a surpreender, na medida em que a situação de desemprego aberto em um país como o Brasil é obrigatoriamente transitória. A inexistência do seguro-desemprego no setor formal da economia obriga os trabalhadores desempregados a procurarem algum tipo de ocupação no setor informal, permanecendo por pouco tempo nas estatísticas de desemprego. Esses dados mostram também a limitação das taxas de desemprego aberto, que não distinguem a situação de uma pessoa empregada no setor formal daquela de um indivíduo que exerça qualquer tipo de atividade no setor informal da economia.”*(p. 86)

Assim, a informalidade termina aparecendo como resultado da perda de dinamismo econômico, em razão do comprometimento do nível de emprego formal. Como apontado no esquema anteriormente utilizado, durante a trajetória de crescimento, mesmo sem que fosse observada uma aproximação a uma situação de pleno emprego, encontrava-se um movimento de crescente participação dos estratos protegidos. O setor informal aparecia como reflexo da insuficiência da criação de empregos pelo setor formal em um contexto de grande crescimento da população em idade ativa, explicado pelo incremento vegetativo elevado da população

potencializado pela migração. A reversão dessa tendência torna a situação de informalidade definitiva para muitos dos trabalhadores jovens e/ou migrantes e uma alternativa de ocupação, mesmo que precária, para os assalariados expulsos pelo setor organizado, após um eventual período de desemprego.

Este aumento recente da informalidade tem provocado uma grande discussão sobre os seus determinantes. Duas posições têm prevalecido sobre o tema. Uma primeira que sinaliza que ele tem como causa a perda de dinamismo econômico e a destruição da base de trabalho assalariado. E uma outra que toma o processo como resultado dos elevados custos do emprego formal impostos pelo sistema nacional de relações de trabalho.

Esta segunda posição destaca o anacronismo do marco regulatório do mercado de trabalho, aceitando de maneira acrítica os argumentos levantados por organismos internacionais, que justificam políticas de ajuste econômico e de flexibilização das relações de trabalho (OCDE, 1994) que vêm dominando os espaços nacionais, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento. Enquanto nas economias centrais o anacronismo é associado à persistência e agravamento do desemprego, nota-se que em nossos países tal argumento é relacionado à expansão do setor informal.

Esta visão despreza boa parte dos esforços de análise sobre os problemas de emprego na América Latina que se desenvolveram até os anos 70, que apontavam o setor informal como resultante de um problema de absorção de mão-de-obra determinado por fatores estruturais do processo de industrialização regional, que se manifestava pelo crescimento desproporcional da mão-de-obra disponível no meio urbano, acomodada via ocupações informais.

Uma especificidade deste processo foi o intenso crescimento do emprego formal, que permitiu tornar transitória parte das ocupações informais. A diminuição do emprego formal tem feito com que, por um lado, essas situações de informalidade se tornem definitivas e, por outro, que os assalariados expulsos pelo setor organizado, na falta de um sistema de seguro-desemprego de longa duração, migrem, forçosamente ou não, para o setor informal.

O agravamento recente do problema da informalidade urbana deve ser, portanto, visto como produto da paralisação do desenvolvimento e da submissão dos países latino-americanos à imposição internacional de uma política de abertura econômica. A proposta de flexibilização das relações de trabalho é coerente com essa orientação geral e procura ampliar o espaço de manobra das empresas na adaptação à nova situação, facilitando a transferência do ônus dessa para os empregados, em prejuízo de suas condições de trabalho e remuneração e na esperança de que ocorra uma menor redução do nível de emprego.

No quadro estrutural apontado e levando em conta os baixos salários vigentes e a facilidade com que, em nossos países, a mão-de-obra é contratada e dispensada na maior parte dos empregos formais, a perspectiva mais provável é que a flexibilização do marco legal, que hoje rege as relações de trabalho, resulte numa precarização ainda maior do próprio trabalho formal, sem contribuir significativamente para evitar a redução do nível de emprego.

Os dados da PNAD-1995 sobre a estrutura ocupacional urbana nas duas principais regiões do Brasil parecem referendar esse ponto de vista (Tabela 1). Em primeiro lugar, a região menos desenvolvida tem realmente uma maior participação do setor informal na ocupação urbana. A soma do serviço doméstico com o trabalho sem remuneração, os empregados em estabelecimentos muito pequenos, o trabalho por conta própria e os empregadores representavam 55% da ocupação urbana do Nordeste e 45% no Sudeste, em 1995.

Na região com a economia mais desenvolvida, onde também se observa uma maior fiscalização e cumprimento das leis do trabalho, é maior a fração de empregos formais com melhores condições de trabalho e remuneração. Assim, no Sudeste, 42% do total do emprego público e em estabelecimentos privados com mais de 5 empregados correspondia a trabalhadores com escolaridade igual ou superior ao 1º grau e com rendimento superior a 3 salários mínimos, enquanto que no Nordeste essa proporção é de apenas 27%. Ressalta-se que nesta última região do País a situação do emprego formal não é ainda pior por causa de maior presença do setor público, que propicia melhores condições de trabalho e remuneração que o setor privado. De fato, o emprego público representa 45% do emprego formal do Nordeste e 24% no Sudeste, abrange 62% dos empregos formais de indivíduos com escolaridade superior ao 1º grau e renda maior que 3 salários mínimos do Nordeste e 36% desses empregos formais com melhores condições de trabalho e remuneração no Sudeste.

Finalmente, na região mais desenvolvida uma fração maior de todas as ocupações no setor informal proporciona melhores condições de remuneração, traduzindo a existência de espaços mais amplos para a atividade informal e a menor pressão dos trabalhadores sem alternativa de emprego por esses espaços. Assim, a participação conjunta de contas próprias ganhando mais que 3 salários mínimos e empregadores no total da ocupação do setor informal é de 34% no Sudeste e somente 18% no Nordeste.

O contraste das estruturas ocupacionais urbanas de duas regiões com desenvolvimento socioeconômico tão diverso sugere que a única maneira de realmente melhorar a situação ocupacional urbana é um esforço sistemático no sentido de promover o desenvolvimento da estrutura produtiva, buscando orientar seus desdobramentos de modo a favorecer o atendimento das necessidades do conjunto da população. É inquestionável que o êxito desse movimento pressupõe a presença de um marco institucional capaz impor uma melhora geral das condições deste trabalho e remuneração, particularmente no que diz respeito ao emprego formal.

Não é nessa direção que a América Latina vem avançando recentemente. As mudanças nas economias estão provocando a destruição de uma base de assalariamento relativamente estreita, ferindo o escasso poder de barganha dos sindicatos e dos trabalhadores, enquanto que a reforma do marco legal e institucional, no sentido de sua maior flexibilização, deve abrir um espaço ainda mais amplo para que as empresas possam adaptar os contratos de trabalho, na tentativa de sobreviver diante do acirramento da competição em condições tão desvantajosas, criadas pelas novas orientações da política econômica.

TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DAS OCUPAÇÕES, SEGUNDO GRUPOS OCUPACIONAIS EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE, 1995

Grupos Ocupacionais	Sudeste	Nordeste
1. Emprego Doméstico	9.6	10.5
2. Sem remuneração	1.8	4.1
3. Empregado de Estabelecimento com menos de 5 empregados	10.5	11.3
4. Conta própria com renda menor que 3 salários mínimos	7.6	19.2
5. Empregado de estabelecimento com mais de 5 empregados e escolaridade inferior a 1º Grau	20.1	13.8
6. Empregado do Setor Público e escolaridade inferior a 1º Grau	3.0	7.1
7. Empregado de estabelecimento com mais de 5 empregados, escolaridade superior a 1º Grau e renda menor que 3 salários mínimos	7.1	6.8
8. Empregado do Setor Público com escolaridade superior a 1º Grau e renda menor que 3 salários mínimos	2.0	5.7
9. Conta própria com renda maior que 3 salários mínimos	11.0	6.8
10. Empregadores	4.4	2.9
11. Empregados de estabelecimentos com mais de 5 empregados, escolaridade superior a 1º Grau e renda maior que 3 salários mínimos	14.7	4.7
12. Empregado do Setor Público com escolaridade superior a 1º Grau e renda maior que 3 salários mínimos	8.2	7.7
Total de ocupação não Agrícola	100.0	100.0

Fonte: PNAD-1995.

Assim, prováveis mudanças no marco regulatório deverão possibilitar uma adequação da lei às “virtudes” de um mercado de trabalho pouco vigiado pela esfera pública, no sentido de referendar práticas de contratação que ampliam a precariedade da condição ocupacional no segmento organizado. (SIQUEIRA NETO, 1996) Muito provavelmente essas medidas, em nome de um suposto realismo, deverão reforçar o processo de informalidade, ao facilitar a acomodação das empresas às novas condições econômicas, ampliando-se, desse modo, o movimento de destruição da base de trabalho assalariado. Em vez de instrumentos de combate à informalidade, as mudanças do marco legal e institucional deverão se constituir em alavancas deste processo.

A reforma do sistema nacional de relações de trabalho deve ser orientada para se contrapor, em vez de se adaptar, às tendências de crescente informalidade. Entretanto, o sucesso de uma reforma do sistema depende da reformulação mais ampla da economia nacional, visando um processo de desenvolvimento que desdobre a estrutura produtiva local com o fortalecimento do mercado e da renda interna, amparados em uma maior democratização das relações sociais em seus diversos níveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPELBAUM, E. & ALBIN, P. Shifts in employment occupational structure and educational attainment. In: TONUYELLE (ed), *Skills, wages, and productivity in the service sector*. Westview Press, Boulder, 1990.
- BALTAR, P. E. A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1996, *mimeo*.
- CACCIAMALI, M. C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: IPE/USP, 1983.
- CARDOSO, F. H. Sobre la población relativa y marginalidad. *Revista Latino-Americana de Ciencias Sociales*, Santiago de Chile, 1971.
- CLARK, C. *Las condiciones del progreso económico*. Madrid: Alianza Universidad, 1971.
- DEDECCA, C. Dinâmica econômica e mercado de trabalho: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas: IE/UNICAMP, 1990, *mimeo*.
- _____. Racionalização e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A. B. & MATOSSO, J. *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996.
- DEDECCA, C. & FERREIRA, S. P. *O setor informal no funcionamento do mercado de trabalho urbano*. Projeto Terciarização, Metropolização e Gestão Metropolitana (Relatório de Pesquisa), Campinas: IE/Unicamp, 1990.

- DEDECCA, C., BALTAR, P. E., ROSANDISKI, E. Retração do nível e mudança na estrutura de emprego formal brasileiro - 1989-93. Campinas: Cesit/Ie/Unicamp, 1997, mimeo.
- DOERINGER, P. & PIORE, M. *Internal labour markets and manpower analysis*. Massachusetts: Lexington Books, 1971.
- GORDON, D. *Theories of poverty and unemployment*. Massachusetts: Lexington Books, 1972.
- LEITE, M. & RIZEK, C. S. *Cadeias, complexos e qualificações*. Projeto de Pesquisa São Paulo: CEDES/CNPq-PCDT, 1972.
- LEITE LOPES, J. S. *et alii. Mudança social no nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1971, mimeo.
- NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latino-Americana de Sociología*, 2, Buenos Aires, 1969.
- OCDE. *L'étude de l'OCDE sur l'emploi*. Paris: OCDE, 1994, Partie I.
- _____. *Perspectives de l'emploi*. Paris: OCDE, 1995.
- OFFE, C. O futuro do mercado de trabalho. In: OFFE, C. (org.), *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OIT. *Employment, incomes and equality - a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genève: OIT, 1972.
- PACCI, M. *Il mutamento della struttura sociale in Italia*. Bologna: Il Mulino, 1992.
- PINTO, A. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, J. (org.), *América Latina - ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- PREALC. *Sector informal: funcionamiento y políticas*. Santiago de Chile: PREALC, 1981.
- PUGLIESE, E. *Sociologia della disoccupazione*. Bologna: Il Mulino, 1993.
- QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, L. (org.), *Populações "marginais"*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- ROSTOW, W. A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado. In: AGARWALLA, A. N. & SINGH, P. (eds.), *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- SABÓIA, J. M. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-83. São Paulo, *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 3, jul-set. 1986.
- SETHURAMAN, S. V. El sector urbano no formal: definición, medición y política. Geneve, *Revista Internacional del Trabajo*, v. 94, jul-ago. 1976.

- SASSEN, S. Informalization as a systematic trend in advanced market economies. Seminário Internacional: o setor informal revisado, Brasília: IPEA, 1997, *mimeo*.
- SIQUEIRA NETO, J. F. Desregulamentação ou regulamentação? Abordagem preliminar sobre o contexto brasileiro. Campinas: Cesit/IE/Unicamp, 1996, *mimeo*.
- SOUZA, P. R. Salários e mão-de-obra excedente. In: SOUZA, P. R. (org.), *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec-Funcamp, 1979.
- _____. *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1980.
- _____. Dez anos de setor informal. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1985, *mimeo*.
- _____. & TOKMAN, V. O setor informal e a pobreza urbana na América Latina. In: SOUZA, P. R. (org.), *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec-Funcamp, 1979.
- TAVARES, M.C. Problemas de industrialización avanzada en capitalismos tardios. México, D.F., *Revista CIDE*, 1981.
- TOKMAN, V. Las relaciones entre los sectores formal e informal. Una exploración sobre su naturaleza. Santiago de Chile, *Revista de la Cepal*, 5, primeiro semestre, 1978.
- _____. El sector informal: quince años después. México, *El Trimestre Económico*, 3, 215, Julio-Septiembre, 1987.
- VUSKOVIC BRAVO, P. A distribuição de renda e as opções de desenvolvimento. In: SERRA, J. (org.), *América Latina - ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- ZAGO DE AZEVEDO, B. R. A produção não-capitalista: uma discussão teórica. Porto Alegre, *FEE*, 1985.

Esse ensaio incorpora parte dos resultados do projeto de pesquisa *Mercado de Trabalho no Brasil: o aumento da informalidade*, Convênio Ipea-Ie/Unicamp, desenvolvido pelos autores em conjunto com a Prof. Dr. Maria Cristina Cacciamali. As opiniões aqui expressas são de exclusiva responsabilidade dos autores.